



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**ESTADO DO MARANHÃO**  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**  
**26 de**  
**novembro**  
**de 2019**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

|                       |                |      |   |        |          |
|-----------------------|----------------|------|---|--------|----------|
| VEÍCULO               |                |      |   |        |          |
| JORNAL PEQUENO        |                |      |   |        |          |
| EDITORIA              |                |      |   |        |          |
| Atos, Fatos e Baratos |                |      |   |        |          |
| DATA                  | 26 / 11 / 2019 | PÁG. | 2 | Gerada | Positiva |

## Desce

O prefeito de São João de Caru/MA, Jadson Lobo Rodrigues, foi condenado pela Justiça por ato de improbidade administrativa em decorrência da contratação de servidores sem concurso público e pagamento de gratificações sem justificativa. Os fatos ocorreram no ano de 2016.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

|                |                |      |   |        |          |
|----------------|----------------|------|---|--------|----------|
| VEÍCULO        |                |      |   |        |          |
| JORNAL PEQUENO |                |      |   |        |          |
| EDITORIA       |                |      |   |        |          |
| Estado         |                |      |   |        |          |
| DATA           | 26 / 11 / 2019 | PÁG. | 6 | Gerada | Positiva |

SÃO JOÃO DO CARU

## Prefeito é condenado por improbidade administrativa

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), o prefeito de São João de Caru, Jadson Lobo Rodrigues, foi condenado por improbidade administrativa em decorrência de contratação de servidores sem concurso público e pagamento de gratificações sem justificativa em 2016.

A decisão, de 1º de outubro, foi comunicada ao Ministério Público somente em novembro. Proferida pelo juiz Bruno Barbosa Pinheiro, a sentença é resultado de Ação Civil Pública ajuizada, em novembro de 2016, pelo promotor de justiça de Bom Jardim, Fábio Santos de Oliveira. São João de Caru é termo judiciário da Comarca de Bom Jardim. Ação do Ministério Público

do Maranhão foi motivada por representação da Câmara de Vereadores, relatando a concessão de gratificações ilegais a servidores contratados, efetivos e comissionados, aleatoriamente escolhidos pelo prefeito. Em média, as gratificações superavam quase o triplo das remunerações-base dos servidores.

### CONDENAÇÃO

Jadson Rodrigues foi condenado ao pagamento de multa correspondente a cinco vezes sua remuneração à época dos fatos, corrigida monetariamente pelo INPC e juros de 1% ao mês, até o pagamento. O valor deve ser transferido ao erário municipal. Como resultado da condenação, o prefeito também teve seus

direitos políticos suspensos por cinco anos. O gestor municipal está, ainda, proibido de contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, mesmo por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por três anos.

"A prática de tais atos imputados ao senhor Jadson Lobo Rodrigues almejavam a obtenção de proveito eleitoral no pleito de 2016, concedendo deliberadamente gratificações adicionais aos servidores, em incompatibilidade com as receitas municipais, a lei orçamentária e o estatuto dos servidores de São João do Caru", lê-se na sentença. (Assessoria de Comunicação do MPMA)



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

|                |                |      |   |        |          |
|----------------|----------------|------|---|--------|----------|
| VEÍCULO        |                |      |   |        |          |
| JORNAL PEQUENO |                |      |   |        |          |
| EDITORIA       |                |      |   |        |          |
| Estado         |                |      |   |        |          |
| DATA           | 26 / 11 / 2019 | PÁG. | 6 | Gerada | Positiva |

## SÃO BENTO

# Ação do MPMA cobra interdição de abatedouro irregular no município

O Ministério Público do Maranhão ajuizou, em 20 de novembro, Ação Civil Pública de obrigação de fazer contra o Município de São Bento, representado pelo prefeito Luiz Gonzaga Barros, para que seja interdiado o abatedouro irregular que funciona no centro da cidade. Na Ação, assinada pela titular da Promotoria de São Bento, Laura Amélia Barbosa, também é requerido que o prédio construído para ser o novo abatedouro municipal, no povoado Iguarapiranga (Mangal), seja adequado para entrar em funcionamento.

Tomando por base um relatório da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged), a Promotoria instaurou, em agosto de 2019, um procedimento administrativo com o objetivo de tomar providências para regular o funcionamento do abatedouro de São Bento. Segundo o relatório da Aged, o terreno não é murado nem pavimentado, não foram encontrados instrumentos mínimos necessários ao abate, não há câmaras frigoríficas e não existe esterilização de facas e demais instrumentos para as diversas fases de operação, entre outras irregularidades.

A Aged informou que tomou as providências cabíveis e fez as recomendações necessárias ao

Município, mas não foi atendida.

No dia 28 de agosto, a equipe da Promotoria de São Bento esteve no abatedouro irregular e constatou que as condições descritas no relatório da Aged persistiam.

Em 30 de agosto, o executor de mandados da Promotoria de São Bento visitou o local onde deveria funcionar o abatedouro municipal, no povoado Iguarapiranga e relatou péssimas condições de acesso e que o local apresentava aspecto de abandonado.

### TENTATIVA DE TAC

Em audiência realizada na Promotoria no dia 17 de setembro, o prefeito Luiz Gonzaga Barros foi perguntado sobre a possibilidade de assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para resolver a situação. O gestor municipal respondeu que não seria necessário, pois o prazo de 30 dias seria suficiente para preparar parte do abate de animais para o abatedouro do povoado Iguarapiranga.

Passado o período prometido pelo prefeito, o abatedouro de São Bento ainda funciona irregularmente no centro da cidade. A equipe da Promotoria, incluindo a promotora de justiça Laura Amélia, visitou o povoado Iguarapiranga e encontrou o local onde deveria funcionar o abatedouro municipal sem

qualquer sinal de início de reforma.

“A Aged e esta Promotoria tentaram resolver o problema de forma resolútiva, mas não deu certo. A esta altura, não resta outra via senão a judicial”, afirmou Laura Amélia Barbosa.

### PEDIDOS

Em caráter liminar, o Ministério Público requer que o Município de São Bento seja obrigado a interditar o abatedouro clandestino que mantém no centro da cidade, no prazo de 30 dias. No mesmo período, o novo abatedouro municipal, no povoado Iguarapiranga, deve ser adequado obedecendo as normas do Regulamento Industrial e Sanitário de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Riispoa). Também em 30 dias, o Município deve criar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para dar respaldo legal às atividades do matadouro, e capacitar os manipuladores para que estes adotem medidas de higiene pessoal do estabelecimento e dos instrumentos, visando garantir um produto de boa qualidade e assegurar a saúde do consumidor. Em caso de descumprimento da medida imposta, o MPMA pede que seja fixada multa pessoal e diária de R\$ 20 mil ao prefeito Luiz Gonzaga Barros. (Assessoria de Comunicação do MPMA)



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

|                |                |      |   |  |  |
|----------------|----------------|------|---|--|--|
| VEÍCULO        |                |      |   |  |  |
| JORNAL PEQUENO |                |      |   |  |  |
| EDITORIA       |                |      |   |  |  |
| Política       |                |      |   |  |  |
| DATA           | 26 / 11 / 2019 | PÁG. | 3 |  |  |

## Deputado do Maranhão apresenta projeto que proíbe divulgação de dados de mulheres vítimas de violência

GIL MARANHÃO

O deputado federal e líder do PTB na Câmara dos Deputados, Pedro Lucas Fernandes (MA), defendeu nessa segunda-feira (25), data em que a Organização das Nações Unidas (ONU) celebra o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres – comemorada em sessão solene na Câmara e no Senado – o seu projeto de lei que proíbe a divulgação, na rede mundial de computadores, de dados profissionais, como remuneração e lotação das servidoras e empregadas públicas, que estejam sob medida protetiva decorrente de violência doméstica e familiar, no âmbito da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

O projeto que tramita na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara beneficia principalmente as servidoras públicas. A relatora da proposta é a deputada federal Luisa Canziani (PTB-PR).

“O PL tem por escopo evitar que o agressor tenha acesso a informações profissionais da mulher-vítima, a fim de evitar pressões de caráter econômico sobre esta, ou mesmo evitar que o agressor saiba para qual cidade a vítima mudou, o que, na legislação atual, é facilmente descoberto mediante simples consulta ao Portal da Transparência do órgão ou entidade em que a vítima trabalha. Ante tal fundamentação fática e jurídica, contamos com o apoio dos Pates no sentido da aprovação da proposição”, apontou Pedro Lucas.

O parlamentar maranhense lembra, na justificativa, que a 2ª edição do relatório Visível e Invisível – A vitimização de mulheres no Brasil, divulgada em 2019, revela que a redução dos índices de violência contra a mulher demanda ainda muito a fazer por parte do Estado brasileiro em suas diferentes instâncias.

“Em comparação com a primeira edição da pesquisa, realizada em fevereiro de 2017,



DIVULGAÇÃO

Pedro Lucas Fernandes acredita na aprovação do seu projeto que tramita na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

verificou-se uma aparente melhoria nos níveis de violências sofridas quando homens e mulheres foram questionados sobre terem visto determinados tipos de situação nos 12 meses anteriores à pesquisa: caiu de 66% para 59% da população os que afirmam terem visto uma mulher sendo abordada de forma desrespeitosa na rua ou sendo agredida nos 12 meses anteriores à pesquisa. Porém, se este resultado a princípio parece positivo, as “baterias” de perguntas sobre vitimização indicam que, de modo geral, não houve redução na vitimização sofrida no período”, alerta o texto.

“Dito de outro modo, quando questionadas sobre experiências de assédio e violências física e psicológica sofridas ao longo do último ano, a proporção de mulheres vitimadas nas pesquisas de 2017 e 2019 se manteve estável: 28,6% e 27,4%, respectivamente. Isso significa dizer

que 16 milhões de mulheres brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência ao longo de 2018”, acentuou Pedro Lucas.

“É intuitivo que, desse continente elevado de mulheres vítimas de violência, boa parte ocupe cargos ou empregos na administração pública direta e indireta nos quatro entes políticos da nossa federação. E é esse grupo de mulheres que pretendemos prestigiar com este projeto de lei”, ressaltou o parlamentar.

“Queremos criar exceção às republicanas regras de transparência inseridas na Lei de Acesso à Informação – LIA. Mediante uma ponderação entre o princípio da publicidade e a preservação da integridade física e psicológica das vítimas de violência doméstica e familiar, entendemos que esta última deve prevalecer”, acrescentou, afirmando que está confiante na aprovação de sua proposta.



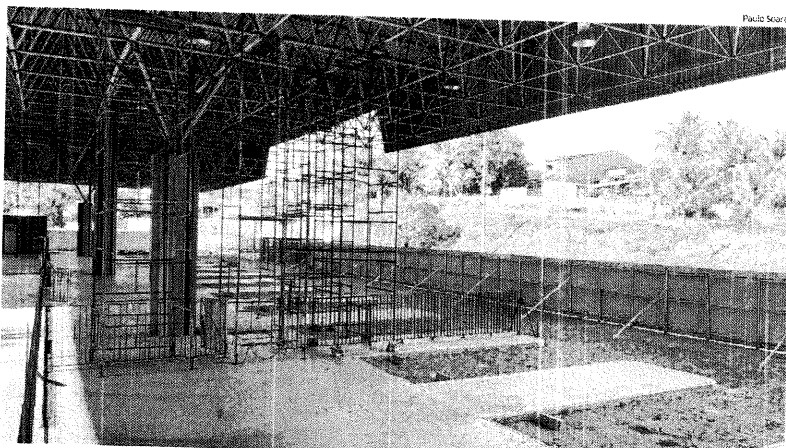
MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

|                      |                |      |   |  |
|----------------------|----------------|------|---|--|
| VEÍCULO              |                |      |   |  |
| O ESTADO DO MARANHÃO |                |      |   |  |
| EDITORIA             |                |      |   |  |
| Cidades              |                |      |   |  |
| DATA                 | 26 / 11 / 2019 | PÁG. | 6 |  |

# Justiça determina que empresa baiana reforme rodoviária

Desembargador Raimundo José Barros de Sousa determinou que a Sinart seja responsável pelas obras no terminal; interdição no local passa dos cinco meses



De acordo com o juiz Douglas Martins, durante uma inspeção foi verificado que cerca de seis estruturas do teto estão quebradas, envolvendo risco

A reforma no Terminal Rodoviário de São Luís, que deveria ter sido iniciada nesta segunda-feira, 25, continua sob impasse judicial, com constantes reavaliações. Quando tudo indicava que as obras seriam iniciadas, uma liminar barrou o processo. A RMC Comércio e Serviços Ltda, empresa que administra a rodoviária, começou a desinterdição da edificação, mas uma medida cautelar, proferida pelo desembargador Raimundo José Barros de Sousa, determinou uma ordem de contratação com empresa da Bahia, a Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda (Sinart).

A decisão do desembargador ocorreu após a audiência de conciliação que aconteceu na Vara de Interesses Difusos e Coletivos, quando ficou acordado que a empresa vencedora na disputa judicial entre ambas faria as obras no Terminal Rodoviário de São Luís no dia 18 deste mês, prazo que foi estendido para o dia 25. O objetivo era liberar a parte do prédio bloqueada com tapumes. A RMC obteve resultado favorável em julgamento de agravo de instrumento no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), no dia 11 de novembro.

Segundo a RMC, apesar do resultado, a ordem cautelar do desembargador não permitiu a efetivação do acordo. O fato é que a área de desembarque da rodoviária continua interditada. Como o Estado verificou no local, a reforma ainda não foi iniciada. Os comerciantes que possuem pontos naquele setor da edificação alegam que estão tendo prejuízos financeiros por causa da interdição, pois os passageiros não circulam pela

## NOTA DA RMC

A RMC Comércio e Serviços Ltda, empresa que administra o Terminal Rodoviário de São Luís e única habilitada no processo licitatório de concessão do referido Terminal, informa que já estava em vias de iniciar as obras de reforma da cobertura da área de desembarque do local. No entanto, foi surpreendida por medida cautelar proferida pelo Des. Raimundo José Barros de Sousa, que determinou a ordem de contratação com empresa de outro Estado concorrente no certame. Cabe esclarecer que essa decisão foi concedida após o acordo firmado em audiência de conciliação na Vara de Interesses Difusos e Coletivos, no último dia 04 de novembro. Na ocasião, ficou acordado que a MOB iria assinar contrato com a empresa que obtivesse resultado favorável em julgamento do agravo de instrumento

área bloqueada.

## Competência da Vara

Procurado, o juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, explicou que a competência da vara abrange a segurança das pessoas, a qualidade do serviço prestado e outras questões. Já assuntos de interesses privados entre as duas empresas que disputam a administração do Terminal Rodoviário são resolvidos nas varas da Fazenda Pública, por envolver, também, o Estado.

"A competência da Vara de Interesses Difusos e Coletivos alcança a segurança e conforto das pessoas que ali circulam. A questão da reforma envolve o risco dessas pessoas. Verifiquei, durante uma inspeção, que cerca de seis estruturas do teto estão quebradas. A solução para esses problemas foi encontrada na audiência de conciliação.

pelo Tribunal de Justiça (TJ), no dia 11. Contudo, mesmo que o julgamento tenha sido desfavorável à empresa de outro Estado, a ordem cautelar não permitiu a efetivação do acordo.

A RMC ressalta que entrou com todos os recursos cabíveis na Justiça contra esta ação cautelar deferida de forma antecipada após o acordo. Além disso, a RMC já possui duas decisões favoráveis, sendo uma em primeiro grau, por sentença, que garante sua contratação, e outra no segundo grau, pela 5ª Câmara Cível do TJ/MA. Esses conflitos judiciais impedem a RMC de iniciar as obras de reforma na área do desembarque, apesar de estar com o seu corpo técnico, com engenheiros preparados e projeto viável para promover as devidas ações emergenciais de desinterdição do local.

Quem ficaria responsável pelas obras seria aquela empresa que conseguisse decisão favorável no Tribunal", comentou o magistrado.

Segundo o juiz Douglas de Melo, o TJ-MA decidirá qual das duas empresas assumirá a rodoviária. De acordo com ele, se a reforma não foi iniciada, a Justiça não pode agir sem que seja provocada. O último ato desse processo foi o acordo. Quem entrou com ação dizendo que a rodoviária estava sem

condições de segurança foi o Ministério Público, que participou da audiência e sabe os termos do acordo celebrado. Não há nenhuma informação no processo de que as obras não começaram. O judicial só vai agir se for provocado. Por enquanto, não há petição, alegação, provocação, enfim", pontua o magistrado.

## Audiência de conciliação

No dia 4 de novembro, aconteceu

a segunda etapa da audiência de conciliação para reforma emergencial do Terminal Rodoviário de São Luís, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Ficou acordado entre a RMC Comércio e Serviços Ltda e a Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda (Sinart), que estão em disputa judicial para administrar a rodoviária, que a empresa vencedora faria as obras na edificação.

A audiência de conciliação, que foi intermediada pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos, contou com a participação das duas empresas envolvidas, e representantes da Agência de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB) e Secretaria de Infraestrutura do Estado (Sinif). Assim como de membros da Associação dos Comerciantes, Prestadores de Serviços e Usuários do Terminal Rodoviário de São Luís (Rodoserviço) e do Ministério Público do Maranhão (MPMA).

Aquela altura, a licitação já tinha sido realizada, com a vitória temporária da Sinart, pois a RMC recorreu e conseguiu uma sentença favorável junto à Justiça. Contudo, após liminar da Sociedade Nacional, a assinatura do contrato de concessão para administrar a rodoviária não aconteceu.

Após um intenso debate, com declarações das duas empresas, da Sinif, Mob e da Rodoserviço, o juiz Douglas Martins sugeriu que, após a decisão acerca do agravo de instrumento, a empresa que saísse vencedora começaria as obras emergenciais referentes ao telhado da rodoviária, na área do desembarque, no dia 18 de novembro. Outro item do acordo determina que, em caso de reavaliação, a empresa contratada para realizar a reforma deve ser mantida, para não atrapalhar o processo e evitar boicote da que estava assumindo a rodoviária.

O acordo também prevê que caso a concessionária executante da reforma seja modificada por decisão judicial, a concessionária definitiva deverá fazer o ressarcimento das despesas já efetuadas pela parte contrária, em um prazo de 10 dias. A conciliação estabeleceu, ainda, uma multa por eventual descumprimento dos itens no valor de 20% na parte inadimplida, além de outras medidas de apoio a critério do juiz. A Justiça, no entanto, tem liberdade para aumentar essa porcentagem, dependendo de resistência para efetuar o pagamento.

## A licitação

Após uma série de impasses, a licitação referente à administração do Terminal Rodoviário de São Luís foi realizada no dia 6 de setembro, na sede da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos. A empresa Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda foi a vencedora do processo com 160 pontos. A RMC ficou

em segundo lugar, sendo que ocorreu do resultado.

Nesse processo, a empresa Consórcio G3 foi desclassificada devido ao descumprimento de exigências contidas no edital. Conforme a ata da MOB, a Sinart teria a concessão do serviço público da administração, operação, manutenção e exploração comercial do Terminal Rodoviário de São Luís. No entanto, isso ainda não aconteceu porque o caso está na Justiça, que decidirá sobre os rumos desse impasse.

## A interdição

A paralisação das obras já perdura há cinco meses, e os problemas decorrentes dessa realidade apenas se acumulam, prejudicando os passageiros, funcionários e pessoas que possuem empreendimentos no local. O comerciante Raimundo Nonato Piske, de 70 anos, é um desses afetados pelas obras ainda não iniciadas na rodoviária. O restante dele, o primeiro construído no local, está fechado desde que os tapumes foram colocados em virtude da reforma.

Há mais de três décadas no Terminal Rodoviário de São Luís, ele disse que, desde que o local foi interditado, simplesmente não houve condições para que o restaurante continuasse funcionando. Sem clientes transitando pelo trecho, a única alternativa foi fechar, temporariamente, o seu estabelecimento comercial. "Eu tenho três funcionários trabalhando comigo e os prejuízos apenas se acumulam, mas não posso fazer nada porque a área está isolada para a reforma", declarou o comerciante.

De acordo com o permissionário, a situação está tão grave que, além do prejuízo financeiro, ainda tem que lidar com ameaças de fornecedores. Em virtude de tantos problemas enfrentados, o comerciante já está até cogitando passar o ponto, pois não há esperanças de que a reforma na rodoviária se inicie. "É uma situação constrangedora. É pior que não recebo nenhuma indenização pelos danos sofridos em decorrência dessa interdição", desabafou ele.

Procurada por O Estado, a Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB) informou que a empresa responsável pela reforma da cobertura do Terminal Rodoviário de São Luís é a Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda. Sinart, que assinou o contrato de concessão do local. Ressaltou, ainda, que a obra já teve início e se encontra na etapa de escafoamento do teto para que, então, seja realizada a troca das peças danificadas. A MOB destacou que, durante os 60 dias de intervenção, irá acompanhar todo o trabalho da empresa contratada.

Embora a MOB tenha garantido que a obra teve início, nenhum trabalho foi visto no local, ontem. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

|                      |                |      |   |
|----------------------|----------------|------|---|
| VEÍCULO              |                |      |   |
| O ESTADO DO MARANHÃO |                |      |   |
| EDITORIA             |                |      |   |
| Cidades              |                |      |   |
| DATA                 | 26 / 11 / 2019 | PÁG. | 5 |

# População defende permanência do comércio ambulante na Rua Grande

Desde a reforma do principal centro comercial de São Luís, vendedores ambulantes são frequentemente retirados da via pela Blitz Urbana; para frequentadores, comércio informal é um atrativo da Rua Grande e colabora para a segurança do local

Uma intervenção da Prefeitura de São Luís, por meio da Blitz Urbana, realizada na manhã de ontem, 25, retirou dezenas de vendedores ambulantes da Rua Grande, principal centro comercial da capital. A ação, justificada pela lei de disciplinamento do espaço público, é promovida frequentemente na via com o objetivo de reduzir a poluição visual e liberar as calçadas para passagem dos pedestres que frequentam o lugar. No entanto, população desaprova medida em apoio ao comércio ambulante que, entre outras coisas, movimentam o local, de acordo com consumidores e lojistas.

A presença de vendedores informais, conhecidos como "camelôs", na principal via de comércio a céu aberto do Maranhão — a Rua Grande — é um assunto que gera divergência entre a categoria, lojistas, população e poder público, principalmente após a conclusão da reforma da área, quando, de acordo com a Prefeitura de São Luís, os ambulantes seriam realocados em um espaço adequado que seria o Shopping do Comércio Popular da capital, para garantir a qualidade e durabilidade dos serviços de pavimentação e acessibilidade da via. Sem a entrega do prédio, porém, trabalhadores permanecem na via e contam com o apoio dos consumidores e empresários do local, como contou o lojista Edson Freire.

"Acredito que o comércio informal desorganizado atrapalha um pouco, mas, como lojista, eu acho que o setor agrega muito para o comércio geral, porque quem vem à Rua Grande não tem intenção de comprar apenas um produto e o comércio informal tem um leque de produtos e, por isso, acredito que eles somam ao comércio. A ocupação das calçadas e exposição de produtos pode até gerar algum desconforto ao consumidor, mas eles movimentam, povoam a rua e colaboram para a segurança dessa região", opinou o empresário.

No entanto, para a vendedora ambulante Cildene Sousa, que há nove anos tem o trabalho como única fonte de renda para prover o sustento da família, o reconhecimento de que a categoria incentiva as vendas do comércio formal chegou tardiamente. Uma vez que, diariamente, ações da Blitz Urbana removem comerciantes informais da Rua Grande. Uma dessas operações foi flagrada por O Estado, na manhã de ontem.

"Poucos lojistas nos apoiaram desde o início, mas agora que vivamos uma situação, que as vendas caíam para eles, que perceberam que a nossa presença diminuiu a insegurança e que a nossa saída os prejudicou também, é que se colocaram do nosso lado", declarou. "Isso aqui é humilhante, porque quando a Blitz Urbana chega, não é pedindo, é mandando a gente sair. Houve



Blitz Urbana tem feito ações frequentes na Rua Grande para impedir ocupação de camelôs

## SHOPPING DO COMÉRCIO POPULAR DE SÃO LUÍS

Durante encontros realizados em julho, entre a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) e ambulantes que trabalham no comércio informal da Rua Grande, foi apresentado aos trabalhadores o projeto do Shopping do Comércio Popular de São Luís, que será implantado nas proximidades do Ginásio Costa Rodrigues, área central de São Luís, e vai contar com nove lojas âncoras, 987 boxes e 270 vagas de estacionamento. A obra deverá ser custeada por meio de parceria público-privada (PPP), com contrapartida da Prefeitura de São Luís. A ideia é que o local permita que os ambulantes sejam retirados das ruas e realocados para um amplo e confortável espaço. O projeto Shopping do Comércio Popular de São Luís já foi apresentado na Câmara Municipal de Vereadores e será discutido também na Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Associação Comercial, Câmara de Dirigentes Lojistas, Ministério Público e na Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

uma reforma e retirada dos camelôs, falaram que a ser feito um local apropriado para trabalharmos, mas até agora nada. Você acha que eu, particularmente, queria estar aqui? Não, eu queria uma coisa melhor para mim".

Sobre o assunto, o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Fábio Ribeiro, declarou que, por ser um problema antigo, somente pode ser resolvido com decisão dos órgãos públicos, com ações permanentes e efetivas de disciplinamento do comércio informal.

Procurada por O Estado para comentar a situação, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) informou que, juntamente a Secretaria Municipal de Segurança com Cidadania (Semusc), com participação da Guarda Municipal, da Blitz Urbana e da Sub-Prefeitura do Centro, mantêm equipes permanentes atuando no disciplinamento do comércio e resguardando o patrimônio público ao longo da Rua Grande. Informou ainda que a definição dos espaços de atuação dos vendedores ambulantes — as transversais da via — foi discutida em reuniões que contou com a participação do Sindicato e a Associação dos Trabalhadores Ambulantes.

## Insegurança

A sensação de insegurança é, in-

clusivo, outro assunto discutido por quem trabalha e frequenta a Rua Grande. Para eles, a retirada dos camelôs torna o local mais vazio e, portanto, mais vulnerável à ação de criminosos e, por consequência, acaba afetando os consumidores do local. De acordo com a artesã Claudicy Lucena, a situação é um dos fatores que têm desmotivado as idas ao centro comercial.

"Costumava ir à Rua Grande, em média, quatro vezes por semana, mas desde que os ambulantes começaram a ser dispensados, têm sido muitos casos de furtos e, com pouco policiamento, a gente acaba se sentindo inseguro, por isso tenho optado por outras lojas, em outros bairros, mesmo sabendo que poderia encontrar tudo por aqui", contou.

A um mês para o Natal, período que costuma aquecer o comércio, a expectativa é de que os órgãos públicos intensifiquem as ações de segurança e garantam a tranquilidade da população, como destacou o empresário Vanderlan Rolim, que atua na Rua Grande há mais de 30 anos.

"A insegurança é algo que existe em nosso estado, não se pode negar. Aqui em São Luís, a Rua Grande acaba sendo um atrativo para pequenos delitos e, principalmente, quando se aproxima a época natalina, em decorrência de

problemas sociais, desemprego muito grande. Nas últimas semanas houve roubos de celulares e até assaltos a lojas, que terminaram em mortes. Todo mundo precisando se movimentar e eles não deixam por menos, por isso nos prendemos ao que foi prometido pelos órgãos públicos, que devem realizar ações de segurança e garantir que os consumidores façam suas compras com tranquilidade", contou.

A perspectiva de Rolim é comum à CDL de São Luís, órgão que representa os empresários formais da cidade. Com a disponibilização de saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o controle da inflação e outras condições referentes à economia nacional, o setor espera por um aumento de vendas e aquecimento do comércio neste fim de ano e, para que tudo transcorra normalmente, o serviço de segurança pública torna-se um aliado essencial, como destacou Fábio Ribeiro.

"A questão da segurança pública afeta a todos, pois o consumidor tende a se afastar dos centros de compras onde se sente inseguro e com a revitalização da Rua Grande há uma expectativa muito grande de retomada do movimento do comércio, especialmente neste fim de ano que, de acordo com pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), 77% dos brasileiros têm intenção de pre-

## FALA, POVO

Qual a sua opinião sobre a presença de camelôs na Rua Grande?



"Eu acho que a Prefeitura precisa oferecer um lugar adequado para eles, que nós também podemos ir, porque quem está aqui tem família para sustentar, contas a pagar"

Maria Campos, 58 anos, técnica em Rolo-X

sentar no Natal, por isso é indispensável termos uma estrutura de segurança no local", frisou.

## Reforço

Sobre o assunto, a Guarda Municipal de São Luís informou que, no período diurno, manterá duas guarnições (manhã e tarde) e mais uma ronda ostensiva municipal, com guardas municipais motorizados, a partir das 18h e nos finais de semana. Com a proximidade do período natalino, o serviço será intensificado, em parceria com a Polícia Militar do Maranhão. Os guardas municipais também darão cobertura ao trabalho dos agentes da Blitz Urbana nas fiscalizações, para manter o ordenamento do comércio informal na Rua Grande. A secretária afirma que todas as ações serão para garantir a ordem e o direito ao espaço público de todos, com disciplinamento e ordem.

A Polícia Militar do Maranhão (PMMA), por sua vez, informou que o esquema de segurança será reforçado neste fim de ano, no Centro de São Luís e em outras áreas de cidade com grande movimentação comercial. A ação contará com o patrulhamento ininterrupto de forma motorizada e a pé, realizado por policiais do 9º BPM, Batalhão Tiradentes, Esquadrão Águia do RPT/Chique e Batalhão de Polícia Militar de Turismo Independente (BPTur). A segurança será intensificada em locais como Rua Deodoro e adjacentes, Praça Deodoro, Centro Histórico, João Paulo — com atenção para a Avenida São Marçal — Monte Castelo, Maranhão Novo, Coabê, Cohatrac, entre outras áreas com fluxo intenso de consumidores.

APM ressaltou que os cidadãos podem e devem contribuir com serviço de segurança, prestando informações sobre ocorrência de atos ilícitos, com a total garantia de anonimato. As denúncias podem ser feitas por meio do 190 e do Disque Denúncia: (91) 3223-5000 (capital) ou (91) 99224-8660 (WhatsApp).



"A gente viaja o mundo inteiro e vê mercados de rua muito maiores que esse. As pessoas têm mais que trabalhar mesmo e isso precisa ser incentivado, não proibido"

Sérgio Marcos do Amaral, 60 anos, advogado (turista)



"Eu acho que eles têm de ficar porque todo mundo precisa trabalhar ganhar o pão de cada dia. Não deixa de atrapalhar em alguns sentidos, mas é uma necessidade"

José Marinho, 63 anos, aposentado

VIDEO NA VERSÃO DIGITAL

oestadoma.com



PARTIDO VERDE

DIRETORIO ESTADUAL DO MARANHÃO  
Fone: (91) 3227-1162 / (91) 99982-8733 / 98440-8403  
E-mail: partidoverde@pvdma.com

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA CONVENÇÃO ESTADUAL Nº 001/2019

O Presidente da Comissão Provisória Estadual do Partido Verde — PV convoca seus convencionais, segundo o que dispõe o artigos 39, 40 II e III, 41, 42 I, 49, 101, 105, 107 e 108 do Estatuto do Partidário, convoca os delegados municipais eleitos em convenções municipais, os membros do diretório estadual, os parlamentares estaduais e federais em dia com os deveres estatutários, para participar da Convenção Estadual a realizar-se no dia 26 de Novembro, às 14h, no



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

|                      |                |      |   |  |  |
|----------------------|----------------|------|---|--|--|
| VEÍCULO              |                |      |   |  |  |
| O ESTADO DO MARANHÃO |                |      |   |  |  |
| EDITORIA             |                |      |   |  |  |
| Capa                 |                |      |   |  |  |
| DATA                 | 26 / 11 / 2019 | PÁG. | 1 |  |  |

# Oposição quer explicação sobre rombo no Iprev

Deputados de oposição protocolarão, hoje, na AL, pedidos de convocação do atual presidente do Iprev, Mayco Pinheiro, para explicar razões do déficit em 2019. POLÍTICA 3





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Política

DATA

26 / 11 / 2019

PÁG.

3

# AL: oposição pedirá de novo convocação de presidente do Iprev

O Estado trouxe a informação, em sua edição de ontem, que Previdência terá déficit de R\$ 304 milhões este ano; deputados querem esclarecimentos

THIAGO BASTOS  
Da editoria de Política

**M**embros da oposição protocolarão hoje à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão (AL) pedidos de convocação do atual presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (Iprev), Mayco Pinheiro, para explicar aos parlamentares as razões do déficit em 2019 no saldo dos valores de aposentadoria estadual, conforme publicado por O Estado em sua edição de ontem. Além de protocolarem requerimentos para chamada de membro do Iprev, os deputados querem ainda acesso - segundo pedido feito pelo deputado estadual César Pires (PV) - aos dados das fontes (origem e expectativa de arrecadação) do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (Fepa).

Além do encaminhamento à Mesa, alguns deputados solicitarão as informações relativas às aplicações previdenciárias diretamente ao Iprev. O objetivo é se precaver quanto à possível recusa dos requerimentos pela Mesa Diretora. Dentre os deputados que encabeçam o pedido de informações, estão César Pires e Adriano Sarney (PV). Até o fechamento desta edição, o deputado Wellington do Curso



Presidente do IPREV, Mayco Pinheiro, pode ser convocado pela AL

(PSDB) não confirmou se apoia a medida.

César Pires disse que - em agosto deste ano - solicitou, do Governo do Maranhão, a lista de providências tomadas para a garantia de recursos ao fundo previdenciário. De acordo com o parlamentar, até o momento, não houve resposta.

Em resposta, o Governo do Maranhão, por meio da Casa Civil, informou que o pedido foi respondido no dia 2 de setembro deste ano pelo Ofício nº 1.557/2019 e reme-  
tido ao presidente da Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho,

Adelmo Soares.

## Esclarecimento

Ainda segundo Pires, é ainda necessário que o Executivo esclareça, por exemplo, o que fará para elevar a expectativa de arrecadação prevista este ano para a arrecadação de bens leiloados (em especial, imóveis) cujos valores seriam repassados ao Fepa. Dados do Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal, que constam no Relatório Resumido da Execução Orçamentária da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan) apontam que dos R\$ 500,8

milhões previstos pelo governo estadual para recolhimento ao fundo previdenciário, apenas R\$ 55,8 milhões foram reunidos.

Ainda de acordo com a Seplan, somente nos oito primeiros meses deste ano, o fundo previdenciário maranhense contabilizou prejuízo de R\$ 304.291.867,09. Em maio deste ano, o deputado estadual Adriano Sarney (PV) alertava para a possível quebra do Fepa. "Essa quebra será inevitável. O Governo do Maranhão não poderá adiar essa medida por muito tempo", disse à época.

No fim do ano passado, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB) editou o Decreto nº 34.589 em que abria crédito suplementar de aproximadamente R\$ 66 milhões para cobrir as despesas do Fepa. Na ocasião, o Executivo informou que os valores decorriam de "anulação parcial de dotações orçamentárias".

Segundo o documento, metade dos valores (R\$ 43 milhões) que constituem o crédito era oriunda do fundo que serviria para quitar parte das pensões previdenciárias e de aposentadorias dos servidores do Poder Judiciário. Em dezembro de 2018, o Plano Plurianual 2016-2019 foi alterado e incorporou medida para remanejar R\$ 500 milhões para as reservas das aposentadorias e pensões.

## Governo não informou qual o impacto da modificação

Até o momento, o Governo do Maranhão ainda não informou qual será o impacto nas contas públicas da modificação das alíquotas previdenciárias, aprovadas na Assembleia Legislativa no

dia 20 deste mês. Segundo o Executivo, com a alteração nos valores de contribuição (que deverão afetar pelo menos 70 mil contribuintes e da classe patronal), será dado um "fôlego" nas

contas do Fepa.

## TCE

Além de parlamentar, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE) citou (por meio do Controle Externo) a possibilidade de esvaziamento do Fepa. Em fevereiro deste ano, o Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão

(Sindjus) divulgou reportagem em que sinalizava que, a partir deste mês, a folha de aposentados seria custeada integralmente com fontes próprias do Estado. O Governo também não confirma a informação.

Até 2022, último ano da gestão estadual, a estimativa é que o déficit estadual acumulado salte para R\$ 3,1 bilhões. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Polícia

|      |                |      |    |
|------|----------------|------|----|
| DATA | 26 / 11 / 2019 | PÁG. | 10 |
|------|----------------|------|----|

# Clima de tensão é instalado por facção na área de Pedrinhas

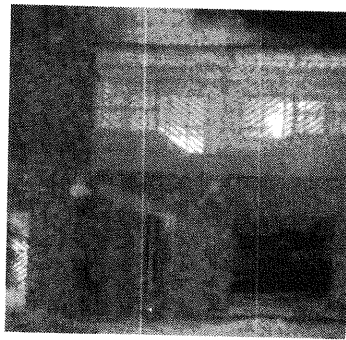
Violência é devido ao confronto entre policiais e bandidos, o que resultou em duas mortes; uma casa foi incendiada, no domingo, como retaliação

ISMAEL ARAÚJO  
Da editoria de Polícia

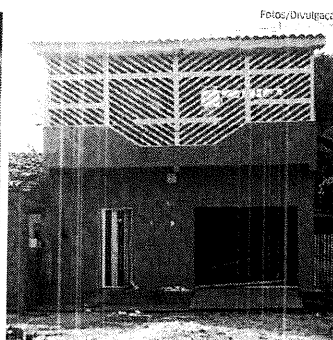
**F**accionados instalaram o clima de tensão na área de Pedrinhas. Uma residência, localizada na Travessa da Vitória, no bairro, foi incendiada durante a noite do último domingo, e, segundo a polícia, ação foi realizada por integrantes de uma facção criminosa como forma de retaliação ao confronto entre policiais e bandidos, ocorrido na sexta-feira, 22, na área. Neste dia, dois criminosos foram mortos, um deles foi Christian Fernando Silva, de 19 anos, enquanto, o outro, um adolescente, de 17 anos.

Ontem, se observava o rastro de destruição na casa. O telhado veio abaixo, os móveis queimados, cacos de telhas espalhados pelo piso e o cheiro de fumaça permaneceu no local. Também era possível observar que as outras residências da Travessa da Vitória estavam com as portas e janelas fechadas. Há informação de que muitos desses moradores abandonaram as lares com receio de sofrerem algum tipo de penalidade por partes de faccionados.

A maioria dos comerciantes não abriu as portas do seu estabelecimento comercial no sábado, 23, segundo moradores, por determinação dos criminosos que pretendiam invadir a qualquer momento a área. Só na manhã de segunda-feira, 25, o comércio local voltou ao normal, mas,



Casa na Travessa da Vitória, no bairro Pedrinhas, foi incendiada em retaliação de bandidos



muitos proprietários ainda estavam receosos devido ao clima de violência. A principal conversa nessa área era a de que um dos mortos da sexta-feira era parente de um dos líderes de uma organização criminosa e estava planejando vingança.

O delegado Paulo Arthur, da Seccional Sul da Superintendência da Polícia Civil da Capital, declarou que os policiais se deslocaram na tarde de ontem ao local e se depararam com o rastro de destruição como também não encontraram nenhum morador.

Ainda nesse local havia várias casas fechadas. "A primeira linha de investigação era que a casa teria sido incendiada por criminosos como forma de retaliação, pois, o proprietário dessa residência teria concedido

informações sobre a localização de bandidos, mas, isso está sendo apurado. A polícia está no local com o objetivo de investigar o caso e identificar os acusados como também atuar a prisão", explicou.

Ele ainda disse que, no decorrer desta semana, a polícia estará mais presente na localidade e testemunhas serão ouvidas na delegacia. "Não encontramos ninguém no local, mas a polícia está trabalhando e daremos uma resposta rápida para a sociedade", afirmou o delegado.

## Confronto

Tudo começou quando policiais rodoviários federais, na manhã de sexta-feira, 22, receberam uma informação que um bando, composto

por cinco criminosos, estava atacando um caminhão carregado de secos e molhados, nas proximidades da linha férrea de uma empresa de mineração, em Pedrinhas.

Os agentes federais se deslocaram até a localidade e foram recebidos à bala. Houve troca de tiros. Um dos assaltantes, Christian Silva, foi baleado e morreu. Enquanto, o outro bandido, um adolescente, de 17 anos, veio a falecer em um hospital, na capital.

Os outros integrantes do bando se embrenharam pela área de mata-gal. A carga foi recuperada e entregue para o proprietário. Um ceno da polícia, tendo apoio do helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA), foi montado, mas não conseguiu prender os quadrilheiros. ●

## Audiência sobre acidente no Jaracati será hoje no Calhau

Cinco pessoas morreram atropeladas e outras ficaram feridas; acusado está em Pedrinhas

A segunda audiência de instrução sobre o acidente de trânsito, que resultou na morte de cinco pessoas e deixou outras gravemente feridas, no Jaracati, está marcada esta terça-feira, 26, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. De acordo com a polícia, o acidente ocorreu durante a madrugada do dia 8 de setembro deste ano e o principal acusado foi identificado como Victor Yan Barros de Araújo, de 25 anos, que está preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A audiência está prevista para começar às 9h e vai ser presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima, com presença do promotor de Justiça Agamenon Almeida. No decorrer da sessão, serão ouvidas mais três testemunhas, entre elas, dois militares que atenderam a ocorrência no dia, como também o acusado. Em seguida, o magistrado vai abrir o espaço para o Ministério Público e defesa fazerem as suas alegações.

Na primeira audiência, ocorrida no último dia 19, foram ouvidas oito testemunhas. Uma delas foi Pedrolina Pereira, uma das vítimas. Ela ficou internada por mais de 20 dias e passou por uma cirurgia. Ela declarou que ainda sente as sequelas do acidente e precisa das pessoas, até mesmo para se alimentar. A outra testemunha ouvida foi Samir Lavares Cassas de Lima, que estava no carro junto com Victor Yan e acabou sendo acusado de falso testemunho.

## Acidente

Na madrugada do dia 8 de setembro, Victor Yan Barros perdeu o controle do veículo que dirigia nas proximidades da cabeceira da Ponte Bandeira Tribuzá, no Jaracati. O carro capotou, co-

lidiu em duas motocicletas e despençou sobre um grupo de pessoas que estava participando de uma festa de aniversário.

O carro ficou destruído e Victor Yan

Primeira audiência foi no dia 19

Total de oito testemunhas foram ouvidas

sobre escoriações leves e foi atendido ainda no local pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). No local do acidente, morreram Maurício Andrey Soares, Henrique Martins Durans Neto e Carla Correa Diniz. No fim da manhã de domingo, B, Tiana Alves Correa morreu no Socorção II, e na tarde do último dia 14, Ana Lourdes Silva Matos também morreu. ●

## NA WEB

Armamento de grosso calibre e munição apreendidos em cerco

[oestadoma.com/476456](http://oestadoma.com/476456)

Homem que se jogou da ponte do São Francisco teria tido um surto

[oestadoma.com/476461](http://oestadoma.com/476461)

## FIQUE POR DENTRO

### Protesto

Os familiares e amigos do pastor evangélico Mackson da Silva Costa, de 37 anos, realizaram na segunda-feira, 25, um protesto em frente ao Tribunal de Justiça, no centro, pedindo a revogação da prisão do acusado desse crime. Saulo Pereira Nunes, de 38 anos. A vítima tinha desaparecido no dia 11 de outubro deste ano e somente no dia 14 a polícia encontrou o corpo enterrado em uma cova, no quintal da residência do suspeito, localizada no Maiobão, em Paço do Lumiar.

Saulo Nunes foi preso em flagrante no dia 14 de outubro, no Maiobão, e confessou a autoria do assassinato, mas, no último dia 8, acabou sendo posto em liberdade concedida pelo desembargador Josemar Lopes. Ainda ontem estava marcada uma audiência, no Tribunal de Justiça, em que os desembargadores avaliariam o habeas corpus impetrado pela defesa do suspeito, mas acabou sendo adiado. A data também não foi definida pelo Poder Judiciário.

## Faccionado é preso na Rocinha, bairro da cidade de Timon

Criminoso tinha deixado a capital e estava comercializando entorpecente no interior

O faccionado Magno Amorim dos Santos, o Lafú, de 30 anos, foi preso ontem na invasão Rocinha, em Timon, e, segundo a polícia, estava sendo ameaçado de morte por rivais, na Grande Ilha. Em poder

dele, foram apreendidos dinheiro e maconha.

A equipe do Departamento de Repressão ao Narcotráfico (Denarc) realizando rondas nessa invasão acabou prendendo Lafú. No

momento da abordagem, o criminoso estava comercializando droga. Ele declarou para a polícia que estava morando recentemente nesse local e tinha deixado a capital devido às ameaças de morte feitas por rivais.

Ainda de acordo com a polícia, havia mandado de prisão expedido pela Comarca de São Luís em aberto contra o detido, que foi apresentado na Delegacia Regional de Timon onde tomaram as devidas providências.

## Roubo

Os acusados de terem assaltado

o ônibus, que deixou o Maranhão com destino a capital cearense, ainda ontem não tinham sido presos. De acordo com a polícia, dois criminosos estavam no veículo como se fossem passageiros e no povoado de Massaranduba, em Itaipococa, no Ceará, anunciaram o assalto.

Eles fizeram um verdadeiro arrastão e, logo após, tomaram rumo ignorado. Os militares foram informados, realizaram rondas na localidade, mas não conseguiram prender os acusados. O caso está sendo investigado pela Polícia Civil do Ceará. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O IMPARCIAL

EDITORIA

Vida

DATA

26 / 11 / 2019

PÁG.

10

CENTRO HISTÓRICO

# Ação coíbe consumo de bebidas alcoólicas

Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Polícia Militar e Conselhos Tutelares realizam ação para coibir uso de álcool entre adolescentes no Centro Histórico

Uma ação da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), através do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente e do Núcleo Psicossocial, coibiu o consumo de bebidas alcoólicas entre adolescentes na região da Praia Grande, no Centro Histórico de São Luís.

A atividade foi realizada em parceria com a Polícia Militar do Maranhão e os Conselhos Tutelares de São Luís.

Participaram da ação o defensor público Joaquim Gonzaga de Araújo Neto, do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (NDCA), e a assistente social Silene Gomes, do Núcleo Psicossocial da DPE, os oficiais do Batalhão de Turismo, tenente Oliveira, e do Batalhão Escolar, major Manoel Alves, bem como os representantes dos 10 conselhos tutelares de São Luís.

Durante a ação, foram realizadas abordagens a comerciantes em bares e restaurantes, nas instalações provisórias da feira do Mercado das Tulhas, e junto a vendedores ambulantes com o objetivo de conscientizá-los sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.

Na ocasião, também foram feitas abordagens a jovens na região, como por exemplo nas escadarias da Praça Nauro Machado, onde foram conferidos documentos de identificação de jovens que ingeriam bebidas alcoólicas. Felizmente, não foi realizado nenhum recolhimento de adolescentes.

De acordo com o defensor público Joaquim Gonzaga Neto, a ação teve caráter preventivo. "A ideia foi conversar a respeito da proibição da disponibilidade de bebidas, lembrando que o estatuto prevê até quatro anos de pe-



FORAM FEITAS ABORDAGENS A JOVENS NAS ESCADARIAS DA PRAÇA NAURO MACHADO

na nesses casos e a infração administrativa. Unimos esforços para manter esse diálogo no intuito de informar e, se fosse encontrado algum caso de violação de direitos, todas as providências cabíveis seriam tomadas de imediato", explicou. Ainda de acordo com o defensor, a ação foi bastante produtiva e, diante disso, a proposta é que as abordagens continuem a ser realizadas em outras oportunidades e que outros atores sejam envolvidos para garantir a proteção integral à criança e ao adolescente, como é o caso da 1ª Vara da Infância e Juventude.

*Unimos esforços para manter esse diálogo no intuito de informar e, se fosse encontrado algum caso de violação de direitos*



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

|                    |                |      |    |
|--------------------|----------------|------|----|
| VEÍCULO            |                |      |    |
| <b>O IMPARCIAL</b> |                |      |    |
| EDITORIA           |                |      |    |
| Vida               |                |      |    |
| DATA               | 26 / 11 / 2019 | PÁG. | 10 |

ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

## Vereador é suspeito de assassinato



**'PRETO DO ISMAEL' TERIA ASSASSINADO UMA PESSOA A TIROS**

O vereador Josiva Oliveira de Lacerda, conhecido como 'Preto do Ismael', do município maranhense de Alto Alegre do Pindaré, está sendo procurado pela Polícia Civil. O parlamentar é o principal suspeito de ter assassinado Cleites Sandro Rodrigues, de 37 anos, na noite do último sábado (23).

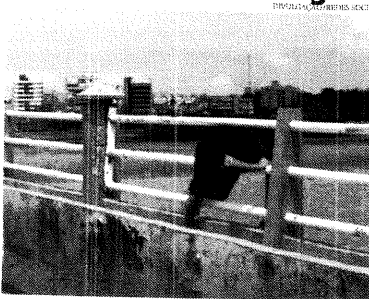
Segundo um relatório da Polícia Militar, o vereador estava em um bar, no povoado Alzilândia, quando encontrou Cleites. Repentinamente, Preto do Ismael teria sacado uma arma e efetuado cinco disparos contra a vítima, que morreu no local.

Informações de testemunhas apontam que a vítima teria se aproximado do vereador para pedir um 'churrasco', mas foi negado. Logo depois, a vítima teria falado algo que desagradou o vereador e então Preto do Ismael sacou a arma e atirou contra a vítima. Essa versão ainda é investigada pela polícia.

Após o crime, Preto do Ismael fugiu e até o fechamento desta edição ainda não tinha sido localizado. Ele foi eleito vereador de Alto Alegre do Pindaré em 2016 pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB) e teve 531 votos.

SÃO FRANCISCO

## Homem se joga da Ponte José Sarney



**TESTEMUNHAS FLAGRAM MOMENTO QUE O HOMEM SE JOGOU**

Uma tentativa de suicídio foi registrada no início da tarde de ontem, segunda-feira (25). Um homem, que não teve a identidade revelada, se jogou da Ponte José Sarney, mais conhecida como Ponte do São Francisco, em São Luís. No momento do ocorrido, a maré estava seca e o homem sofreu apenas ferimentos leves.

De acordo com as primeiras informações de testemunhas, o homem parou o carro, um Nissan Sentra, de cor branco, no meio da ponte, e se jogou.

Equipes do Corpo de Bombeiros foram ao local e efetuaram o resgate. A vítima foi levada a um hospital particular da capital para receber atendimento médico. Por conta do ocorrido, o trânsito ficou congestionado no local.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

|                |                |      |    |  |  |
|----------------|----------------|------|----|--|--|
| VEÍCULO        |                |      |    |  |  |
| JORNAL PEQUENO |                |      |    |  |  |
| EDITORIA       |                |      |    |  |  |
| Polícia        |                |      |    |  |  |
| DATA           | 26 / 11 / 2019 | PÁG. | 12 |  |  |

## Polícia prende ex-prefeito de Cururupu, sob acusação de desvio de verbas públicas

A Polícia Civil, através da Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), deu cumprimento nesta segunda-feira (25) ao mandado de prisão expedido pelo Juízo da Vara de Execuções Penais de Cururupu contra José Francisco Pestana, de 63 anos, ex-prefeito da cidade de Cururupu.

De acordo com informações da Secretaria de Segurança Pública, o mandado de prisão contra Pestana refere-se a três sentenças condenatórias transitadas em julgado, com soma de penas que chega a 19 anos de reclusão, por desvio de verbas públicas, peculato, fraude a licitações e outros crimes. Com base em investigações do Ministério Público, saiu recente decisão judicial contra um outro gestor público do Maranhão: o prefeito de São João de Caru, Jadsom Lobo Rodrigues. Ele foi condenado por improbidade administrativa em decorrência



Pestana, ex-prefeito da cidade de Cururupu, foi preso em operação da Polícia Civil

de contratação de servidores sem concurso público e pagamento de gratificações sem justificativa em 2016.

A decisão, de 1º de outubro, foi comunicada ao Ministério Público somente em novembro. Proferida pelo juiz Bruno Barbosa Pinheiro, a sentença é resultado de Ação Civil Pública ajuizada, em

novembro de 2016, pelo promotor de justiça de Bom Jardim, Fábio Santos de Oliveira. São João de Caru é termo judiciário da Comarca de Bom Jardim. A ação do Ministério Público do Maranhão foi motivada por representação da Câmara de Vereadores, relatando a

concessão de gratificações ilegais a servidores contratados, efetivos e comissionados, aleatoriamente escolhidos pelo prefeito. Em média, as gratificações superavam quase o triplo das remunerações-base dos servidores.

### CONDENAÇÃO

Jadsom Rodrigues foi condenado ao pagamento de multa correspondente a cinco vezes sua remuneração à época dos fatos, corrigida monetariamente pelo INPC, e juros de 1% ao mês, até o pagamento. O valor deve ser transferido ao erário municipal. Como resultado da condenação, o prefeito também teve seus direitos políticos suspensos por cinco anos. O gestor municipal está, ainda, proibido de contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, mesmo por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por três anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Polícia

DATA

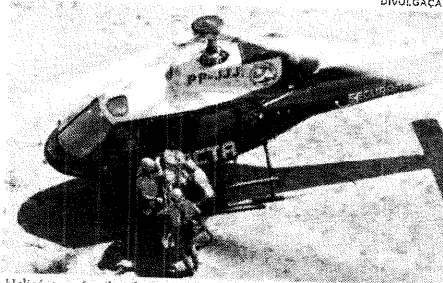
26 / 11 / 2019

PÁG.

12

## Homem para o carro e se atira da ponte do São Francisco

DIVULGAÇÃO



Helicóptero é utilizado no resgate de Francisco Bezerra sob a ponte São Francisco

### AIDÊ ROCHA

Um homem, identificado como Francisco Bezerra da Costa Junior, de 37 anos, se jogou da Ponte São Francisco, no início da tarde de ontem (25). Ele sofreu apenas ferimentos leves após ter caído na lama.

De acordo com informações da Polícia Militar, ele parou o carro no meio da ponte e se atirou. A ação foi registrada por pessoas que passavam no momento da

tentativa de suicídio. A esposa da vítima informou que o homem toma remédios controlados e sofre de depressão.

Uma equipe do Corpo de Bombeiros foi acionada para socorrer Francisco que permaneceu embaixo da ponte após o episódio. Ele foi retirado do local com a ajuda do helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA) e, em seguida, encaminhado a um hospital particular da capital para atendimento médico.

## Fuzis que serviriam para assaltos a bancos no Maranhão são apreendidos no Piauí

Vários fuzis que seriam utilizados em assaltos a bancos nas cidades de Teresina e Bacabal foram apreendidos no domingo (24) pela Polícia Civil. Os armamentos estavam nos municípios de Valença e Monsenhor Gil, ambos localizados no interior do Piauí.

No total, cinco fuzis e uma espingarda foram localizados, além de um veículo usado pelos assaltantes nos três roubos realizados no município de Tutóia, no mês de outubro. As armas estavam enterradas no

quintal do imóvel. Conforme as investigações, o grupo escolheu o Piauí para organizar e montar os próximos ataques.

A Operação foi realizada em conjunto pelas polícias do Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte. De acordo com o delegado Tales Gomes, coordenador do Grupo de Repressão ao Crime Organizado (Greco) do Piauí, os suspeitos de integrar a quadrilha especializada em ataques a instituições financeiras no nordeste foram identificados.

## Integrante de facção criminosa é capturado pela Polícia Civil

Foi preso pela Polícia Civil, nessa segunda-feira (25), na cidade de Timon, Magno Amorim dos Santos, mais conhecido como "Lafe". Ele é suspeito de tráfico de drogas.

Com ele, a polícia apreendeu 49 trouxinhas de maconha, material plástico que serviria para embalar a droga e uma quantia em dinheiro. As informações são de que Magno estava irraciando na invasão Rocinha, local onde

estava morando.

Na ocasião da prisão, o suspeito relatou aos policiais que havia saído de São Luís há poucos dias após sofrer ameaças de integrantes da facção criminosa rival a que ele pertence.

Contra Magno, existem várias ações penais em tramitação. Após a prisão, ele foi conduzido e apresentado na Central de Flagrantes, onde foi realizada as medidas legais cabíveis.

## PM e DPE realizam ação para coibir uso de álcool entre adolescentes no Centro Histórico

DIVULGAÇÃO



Equipes da Defensoria Pública e de conselhos tutelares acompanharam operação realizada na região da Praia Grande

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), por meio do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente e do Núcleo Psicossocial, realizou uma ação, na última sexta-feira (23), para coibir o consumo de bebidas alcoólicas entre adolescentes na região da Praia Grande, no Centro Histórico de São Luís. A atividade foi realizada em parceria com a Polícia Militar do Maranhão e os Conselhos Tutelares de São Luís.

Participaram da ação o defensor público Joaquim Gonzaga de Araújo Neto, do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (NDCA), e a assistente social Silene Gomes, do Núcleo Psicossocial da DPE, os oficiais do Batalhão de Turisima, tenente Oliveira, e do Batalhão Escolar, major Manoel Alves, bem como os representantes dos 10 conselhos tutelares de São Luís.

Durante a ação, foram realizadas abordagens a comerciantes em bares e restaurantes, nas instalações provisórias da feira do Mercado das Tulhas, e junto a vendedores ambulantes com o objetivo de conscientizá-los sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.

Na ocasião, também foram feitas abordagens a jovens na região, como por exemplo nas escadarias da Praça Nuno Machado, onde foram conferidos documentos de identificação de jovens que ingeriam bebidas alcoólicas. Felizmente, não foi realizado nenhum recolhimento de adolescentes.

De acordo com o defensor público Joaquim Gonzaga Neto, a ação teve caráter preventivo. "A ideia foi conversar a respeito da proibição da disponibilidade de bebidas, lembrando que o estatuto prevê até quatro anos de pena nesses casos e a infração administrativa. Unimos esforços para manter esse diálogo no intuito de informar e, se fosse encontrado algum caso de violação de diretos, todas as providências cabíveis seriam tomadas de imediato", explica.

Ainda de acordo com o defensor, a ação foi bastante produtiva e, diante disso, a proposta é que as abordagens continuem a ser realizadas em outras oportunidades e que outros atores sejam envolvidos para garantir a proteção integral à criança e ao adolescente, como é o caso da 1ª Vara da Infância e Juventude.

## Ciclista morre atropelado no eixo da rodovia BR-010

O ciclista Keven Kureen Camilo, de 19 anos, morreu ao ser atropelado por um carro, na noite de domingo (24). O acidente ocorreu no km 244 da BR-010, na cidade de Imperatriz.

Segundo informações da Polícia Rodoviária (PRF), a vítima pedalava pelo acostamento da rodovia quando ao tentar cruzar a via foi atingido por um carro, modelo Volkswagen Up, de cor branca. O jovem morreu ainda no local. Com a morte de Keven, em 2019, chega a 51 mortes nas rodovias federais que cortam a

Região Tocantina do Maranhão, conforme dados da PRF.

Já na manhã de segunda-feira (25), também na BR-010, um ônibus com oito passageiros tombou no Km 271. Todos tiveram apenas ferimentos, de acordo com a PRF. O motorista do ônibus, que fazia a linha Goiânia para São Luís, relatou ter perdido o controle do veículo após ter sido cortado por uma carreta durante uma ultrapassagem. Os passageiros feridos foram socorridos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.